

RANCHOS FOLCLÓRICOS E PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO: CARTOGRAFIA CULTURAL, INTELIGÊNCIA TERRITORIAL E POLÍTICAS CULTURAIS PARTICIPATIVAS

RANCHOS FOLCLÓRICOS AND INTANGIBLE CULTURAL HERITAGE IN THE METROPOLITAN AREA OF PORTO: CULTURAL CARTOGRAPHY, TERRITORIAL INTELLIGENCE, AND PARTICIPATORY CULTURAL POLICIES

Recebido em: 15 de junho de 2026
Aprovado em: 20 de agosto de 2026
Sistema de Avaliação: Double Blind Review
RCO | a. 18 | v. 2 | p. 97-112 | jul./dez. 2026
DOI: <https://doi.org/10.25112/rcodis.v2.4798>

Ana Beatriz M. Mattar *biatap@gmail.com*
Mestre em Dança pela Universidade Federal de Pelotas (Pelotas/Brasil).

Manuel Carlos Lobão Araújo Gama *manuelgama@ics.uminho.pt*
Doutor em Estudos Culturais – Sociologia da Cultura pela Universidade do Minho (Braga/Portugal).
Investigador Auxiliar no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (Braga/Portugal).

João Lucas Moreira Pires *joaolucasmoreirapires@gmail.com*
Doutor em Sociologia pela Universidade do Minho (Braga/Portugal). Investigador CECS – Universidade do Minho (Braga/Portugal).

Ana Carolina Miranda da Silva *anacarolinasilva.researcher@gmail.com*
Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho (Braga/Portugal).



RESUMO

Esse artigo propõe uma reflexão crítica acerca das relações entre patrimônio cultural imaterial, cartografia cultural e governança territorial a partir da análise dos ranchos folclóricos identificados no âmbito do projeto *Mapeamento do Setor Cultural Metropolitano*, do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. A investigação articulou levantamento quantitativo, sistematização digital de dados culturais e processos de escuta territorial realizados em 17 municípios da Área Metropolitana do Porto (AMP). A presença dos ranchos folclóricos na região revelou que a permanência de estruturas comunitárias de transmissão de saberes e ocupação simbólica do espaço público, excedem os limites administrativos do inventário cultural tradicional e como determinadas formas culturais desestabilizam os próprios regimes contemporâneos de classificação da cultura. Teoricamente, o artigo dialoga com debates contemporâneos sobre patrimônio cultural imaterial, cartografia cultural crítica, ecossistemas culturais e políticas culturais participativas. Por sua capacidade organizativa, os ranchos folclóricos desafiam a percepção anacrônica da tradição na contemporaneidade e quando mapeados e identificados como indicadores culturais, deslocam-se da forma descritiva do inventário para uma base de interpretação social das continuidades comunitárias que atravessam a experiência metropolitana.

Palavras-chave: patrimônio cultural imaterial; ranchos folclóricos; cartografia cultural; inteligência territorial; políticas culturais.

ABSTRACT

This article proposes a critical reflection on the relationships between intangible cultural heritage, cultural cartography, and territorial governance, based on the analysis of the ranchos folclóricos identified within the Metropolitan Cultural Sector Mapping project, developed by the Communication and Society Research Centre of the University of Minho. The research articulated quantitative surveying, digital systematization of cultural data, and territorial listening processes carried out in 17 municipalities of the Porto Metropolitan Area (AMP). The presence of ranchos folclóricos in the region revealed that the persistence of community structures for the transmission of knowledge and the symbolic occupation of public space exceeds the administrative limits of traditional cultural inventories, and how certain cultural forms destabilize contemporary regimes of cultural classification. Theoretically, the article engages with contemporary debates on intangible cultural heritage, critical cultural cartography, cultural ecosystems, and participatory cultural policies. Through their organizational capacity, ranchos folclóricos challenge the anachronistic perception of tradition in contemporary society and, once mapped and identified as cultural indicators, shift from the descriptive form of the inventory to a basis for the social interpretation of community continuities that traverse metropolitan experience.

Keywords: intangible cultural heritage. ranchos folclóricos. cultural cartography. territorial intelligence. cultural policies.



1 INTRODUÇÃO

As transformações contemporâneas no campo das políticas culturais têm ampliado significativamente a importância dos processos de mapeamento, sistematização e análise de dados culturais enquanto instrumentos estratégicos para a compreensão dos territórios, das dinâmicas comunitárias e dos ecossistemas culturais locais. Em contextos marcados pela crescente necessidade de formulação de políticas públicas baseadas em evidências, a produção de diagnósticos culturais passou a ocupar posição central nas discussões sobre gestão cultural, patrimônio cultural imaterial e governança cultural.

O presente artigo insere-se precisamente nesse campo de discussão. Desenvolvido no âmbito do projeto Mapeamento do Setor Cultural Metropolitano, desenvolvido pelo PolObs - Observatório de Políticas de Comunicação e Cultura, do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, em articulação com a Área Metropolitana do Porto (AMP). Esse trabalho construiu de forma sistemática, comparativa e territorial a abrangência dos ecossistemas culturais dos 17 municípios da AMP, identificando os principais recursos, agentes, equipamentos, práticas, eventos, redes e dinâmicas culturais que estruturam a vida cultural metropolitana.

Entre os 6550 Cartões de Identificação Cultural mapeados como ativos culturais no âmbito deste projeto, 193 representam os ranchos, grupos e coletivos folclóricos. Por sua relevância e categorização no contexto do patrimônio cultural imaterial; por sua ampla presença territorial, continuidade associativa e inserção histórica nas dinâmicas culturais comunitárias da região metropolitana, direcionamos particular interesse por essas manifestações culturais.

Nesse cenário, os ranchos e grupos folclóricos¹ embora frequentemente associados a leituras tradicionais do folclore e da preservação cultural, desempenham funções amplas no interior das comunidades, atuando como estruturas associativas de transmissão cultural, sociabilidade, organização comunitária e manutenção de práticas performativas coletivas. A presença contínua dessas entidades em diferentes territórios evidencia não apenas a permanência de repertórios culturais tradicionais, mas

¹ O projeto de Mapeamento do Setor Cultural Metropolitano da AMP considerou 5 categorias vinculadas ao patrimônio cultural imaterial dessas manifestações culturais em: Rancho Folclórico, Grupo Folclórico, Grupo de Danças e Cantares e Grupo Etnográfico. Para fins de adaptação ao contexto deste artigo, vamos considerar as nomenclaturas de ranchos, grupos e coletivos folclóricos. No contexto da pesquisa, a categoria foi utilizada de maneira ampliada, abrangendo organizações culturais, associações comunitárias e agrupamentos performativos vinculados à preservação, transmissão e realização de práticas musicais, coreográficas e festivas associadas ao patrimônio cultural tradicional português.



também a capacidade organizativa de grupos comunitários que seguem produzindo atividades culturais, práticas educativas e formas de participação social intergeracionais.

No contexto português, esses coletivos integram de forma significativa o universo do patrimônio cultural imaterial, assumindo relevância histórica na constituição de redes artísticas ligadas à música, à dança, às festividades populares e à preservação de tradições locais. Contudo, apesar da ampla presença dessas organizações no território nacional, ainda são relativamente reduzidos os estudos quantitativos e metropolitanos capazes de oferecer uma leitura sistematizada acerca de sua distribuição, densidade organizativa e inserção institucional no interior das políticas culturais contemporâneas.

2 CARTOGRAFIAS CULTURAL: PATRIMÔNIO, TERRITÓRIO E PERMANÊNCIA COMUNITÁRIA

A presença persistente dos ranchos folclóricos na Área Metropolitana do Porto talvez revele precisamente uma das contradições mais profundas das políticas culturais contemporâneas: ao mesmo tempo em que os sistemas institucionais de gestão procuram converter a cultura em categorias administráveis, indicadores estatísticos e ativos territorialmente identificáveis, determinadas formas comunitárias de vida cultural continuam operando segundo temporalidades, vínculos e mecanismos de transmissão que excedem continuamente os próprios regimes técnicos de inteligibilidade que tentam capturá-las. Não se trata, portanto, apenas de reconhecer a existência de coletivos folclóricos distribuídos no território metropolitano português, mas de compreender como certas formas culturais obrigam o próprio pensamento contemporâneo sobre patrimônio, cidade e participação a deslocar suas bases epistemológicas.

Porque aquilo que os ranchos tornam visível não é somente a permanência de tradições populares em contextos urbanos aceleradamente transformados, mas a sobrevivência ativa de formas coletivas de produção territorial sustentadas por vínculos comunitários, ritualidades, festividades, memórias



incorporadas e experiências de transmissão intergeracional que resistem à dissolução progressiva da experiência pública contemporânea.²

É precisamente nesse ponto que o projeto *Mapeamento do Setor Cultural Metropolitano*, deixa de operar apenas como instrumento técnico de sistematização de dados culturais e passa a constituir uma experiência epistemológica mais complexa.

À medida que o levantamento territorial dos ativos culturais da região avançava em direção à consolidação de bases integradas de informação, tornava evidente que determinadas estruturas culturais produziam tensões que escapavam à estabilidade classificatória do inventário administrativo tradicional. Os ranchos folclóricos apareciam continuamente associados não apenas a entidades formalmente identificáveis em plataformas institucionais, mas a circuitos festivos, formas comunitárias de sociabilidade, ocupações ritualizadas do espaço público, processos de transmissão oral e mecanismos coletivos de pertencimento cuja densidade histórica ultrapassava amplamente a superfície estatística do dado técnico.

Essa percepção altera profundamente o estatuto político da cartografia cultural. O mapa deixa de operar como superfície neutra de representação territorial e passa a funcionar como mediação entre formas de vida e regimes institucionais de reconhecimento.³ Em outras palavras, o processo de mapeamento cultural realizado na AMP não apenas identificou ranchos folclóricos enquanto ativos culturais dispersos no território metropolitano; foi, ele próprio, reorganizado epistemologicamente pela presença dessas estruturas associativas. O que emergia ali não era apenas um conjunto de grupos

² A crítica à ideia de que os processos de urbanização implicariam inevitavelmente o desaparecimento das formas comunitárias tradicionais atravessa parte significativa da tradição crítica dos estudos culturais e urbanos do século XX. Raymond Williams (1958), ao discutir a noção de “cultura comum”, já questionava leituras evolucionistas que opunham modernidade e tradição de forma linear, argumentando que práticas culturais populares continuam reorganizando experiências sociais mesmo em contextos profundamente industrializados. Em outra direção, Henri Lefebvre (2006) compreende o espaço urbano não como suporte neutro da modernização, mas como produção social continuamente disputada por práticas cotidianas, usos simbólicos e formas coletivas de apropriação. Ainda que partam de perspectivas distintas, ambos permitem compreender os ranchos folclóricos não como resíduos de um passado rural sobrevivente, mas como formas contemporâneas de territorialização da experiência comunitária.

³ Jacques Rancière compreende a política como uma disputa sobre os regimes de visibilidade e inteligibilidade que definem quem pode aparecer no espaço público e sob quais condições determinadas experiências tornam-se reconhecíveis. Embora o autor não discuta diretamente cartografia cultural, sua reflexão permite compreender o mapeamento como prática política de distribuição do visível, sobretudo quando determinadas comunidades passam da invisibilidade administrativa à condição de sujeitos reconhecidos institucionalmente. Nesse sentido, o mapa deixa de ser mera representação técnica e passa a operar como dispositivo de mediação entre território e reconhecimento político.



vinculados ao patrimônio cultural imaterial português, mas uma rede territorial de continuidade histórica capaz de tornar visíveis formas específicas de produção comunitária da vida metropolitana.

A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO (2003) já indicava, de maneira decisiva, a necessidade de deslocar a compreensão do patrimônio para além da tradição monumental e preservacionista que historicamente organizou as políticas patrimoniais modernas. Ao definir patrimônio cultural imaterial como “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões — bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes estão associados — que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu patrimônio cultural”⁴, a Convenção rompe radicalmente com a ideia de patrimônio enquanto herança fixa do passado e reinscreve a cultura na dimensão viva da experiência social. Mais ainda: ao afirmar que esse patrimônio é “constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história”⁵.

Em autores como Leda Maria Martins (2002)⁶, a memória aparece associada à performance, à oralidade e à corporeidade, permitindo compreender o patrimônio imaterial como experiência continuamente reinscrita no presente através dos corpos, das festas e das práticas coletivas. Essa perspectiva permite compreender por que determinadas manifestações culturais continuam produzindo pertencimento mesmo em contextos urbanos profundamente transformados. Porque aquilo que permanece não é uma forma congelada do passado, mas a capacidade coletiva de atualizar ritmos, gestos, temporalidades e vínculos comunitários através da presença corporal compartilhada. A tradição, portanto, não opera como resíduo anacrônico da modernidade; ela constitui uma prática viva de reinvenção contínua da memória.

Entretanto, quando essa formulação é colocada em diálogo com a realidade territorial da AMP, é possível perceber que os ranchos folclóricos operam em um regime ainda mais complexo do que aquele frequentemente mobilizado pelas próprias políticas institucionais de salvaguarda. Porque aquilo que

⁴ A Convenção da UNESCO de 2003 representou uma inflexão epistemológica decisiva nas políticas patrimoniais internacionais ao deslocar o foco do patrimônio material monumental para práticas culturais vivas sustentadas pelas próprias comunidades. Tal deslocamento permitiu reconhecer que a continuidade cultural não depende apenas da conservação de objetos, edifícios ou documentos históricos, mas da permanência de formas coletivas de transmissão simbólica, ritualidade e memória social incorporada.

⁵ A noção de recriação contínua presente na Convenção da UNESCO aproxima-se de perspectivas contemporâneas que compreendem a memória não como arquivo fixo do passado, mas como prática dinâmica de atualização coletiva.

⁶ Em Leda Maria Martins, tradição não significa permanência imóvel de formas herdadas. A tradição acontece na atualização contínua da experiência coletiva através do corpo. Cada canto, cada dança, cada deslocamento coreográfico e cada gesto ritual não repetem simplesmente o passado; eles reinscrevem a memória no presente, reorganizando continuamente os sentidos da experiência comunitária.



se transmite nesses espaços não corresponde apenas à permanência de repertórios coreográficos ou musicais preservados ao longo do tempo, mas à continuidade de modos específicos de produzir convivência, organizar temporalidades coletivas, sustentar vínculos intergeracionais e inscrever memória no território através da repetição ritualizada da presença comunitária. Operam como dispositivos performativos de reinscrição coletiva da memória, conforme aponta Martins, no território, menos voltadas à conservação de tradições e mais como tecnologias sociais de permanência, capazes de reorganizar continuamente as relações entre corpo, festa, território, oralidade e experiência urbana.⁷

Essa dimensão torna-se particularmente relevante em contextos metropolitanos marcados pela aceleração das transformações urbanas, pela fragmentação crescente das formas de sociabilidade e pela erosão progressiva dos espaços coletivos de estar em grupo. Porque a permanência dos ranchos desafia precisamente uma das narrativas mais recorrentes da modernidade urbana: aquela segundo a qual o avanço da urbanização implicaria inevitavelmente a dissolução das formas comunitárias tradicionais. O que o ecossistema cultural da AMP revela é precisamente o contrário. Os ranchos persistem porque continuam produzindo vida pública. Persistem, porque permanecem organizando calendários festivos, ocupando ruas e praças, articulando gerações distintas em torno de experiências coletivas e produzindo formas de pertencimento capazes de resistir à atomização contemporânea da experiência social.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Baseado no projeto *Mapeamento do Setor Cultural Metropolitano*, essa investigação procurou produzir uma leitura sistemática, comparável e territorialmente consistente do ecossistema cultural dos 17 municípios da AMP, articulando levantamento documental, sistematização de bases de dados culturais, georreferenciação de ativos e processos participativos de cartografia cultural.

O desenho metodológico assentou num modelo comparativo e padronizado, sustentado em referenciais nacionais e internacionais de classificação cultural, nomeadamente a Conta Satélite da Cultura, as Estatísticas da Cultura e os referenciais da UNESCO para as estatísticas culturais. Esta opção permitiu assegurar coerência conceitual, comparabilidade intermunicipal e critérios uniformes de classificação e organização dos dados culturais recolhidos ao longo do projeto.

⁷ A ideia de “tecnologias sociais de permanência” refere-se à capacidade de determinadas estruturas comunitárias sustentarem vínculos coletivos de continuidade territorial mesmo em contextos urbanos marcados pela aceleração das transformações sociais. Os ranchos folclóricos operam como espaços nos quais transmissão cultural e ocupação simbólica do espaço público permanecem articulados de maneira inseparável.



A investigação desenvolveu-se em três dimensões metodológicas complementares. A primeira correspondeu à análise documental e à construção da base de dados metropolitana, através da recolha e sistematização de informação proveniente de fontes municipais, plataformas institucionais, inventários patrimoniais, agendas culturais, páginas de entidades e equipamentos culturais, redes culturais e documentação disponibilizada pelos municípios. Esta fase permitiu estruturar uma primeira cartografia cultural integrada do território metropolitano, organizada através de Cartões de Identificação Cultural (CIC), concebidos para assegurar homogeneidade descritiva e comparabilidade territorial.

A segunda dimensão metodológica correspondeu à realização de sessões de cartografia cultural participativa nos 17 municípios da AMP. Estas sessões envolveram representantes institucionais, associações culturais, coletividades, artistas, agentes sociais e participantes da comunidade local, permitindo validar, corrigir e ampliar os dados recolhidos na fase documental. As sessões foram desenvolvidas na lógica de cartografia cultural participativa, entendida não apenas como instrumento de recolha de informação, mas como mecanismo de produção colaborativa de conhecimento territorial. Para além da identificação de ativos culturais não presentes nos sistemas formais de informação, os processos participativos permitiram agregar dimensões relacionadas com memória coletiva, práticas culturais de proximidade, usos simbólicos do espaço público e formas comunitárias de transmissão cultural.

A terceira dimensão correspondeu à consolidação metropolitana dos resultados através de mecanismos de validação colaborativa e leitura comparativa intermunicipal, desenvolvidos no contexto do Laboratório Cidadão Metropolitano. Esta fase permitiu discutir categorias, harmonizar interpretações territoriais e reforçar a consistência global do sistema de informação produzido ao longo do projeto.

Quadro 1 – Síntese do desenho metodológico

Dimensão	Procedimento	Instrumento/Resultado
1. Análise documental e construção da base metropolitana	Levantamento de fontes municipais, plataformas institucionais, inventários patrimoniais, agendas e páginas de entidades culturais	Cartões de Identificação Cultural (CIC)
2. Cartografia cultural participativa	Sessões nos 17 municípios da AMP com representantes institucionais, associações, coletividades, artistas e agentes sociais	Validação, correção e ampliação dos dados; incorporação de memória coletiva e usos simbólicos do espaço público
3. Consolidação metropolitana	Validação colaborativa e leitura comparativa intermunicipal, no âmbito do Laboratório Cidadão Metropolitano	Harmonização de categorias e consistência do sistema de informação

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do desenho metodológico do Mapeamento do Setor Cultural Metropolitano (AMP), 2026.



4 REFERENCIAIS TEÓRICOS

4.1 ENTRE MAPAS E TERRITÓRIOS: ECOSSISTEMAS CULTURAIS E INTELIGIBILIDADE METROPOLITANA

As discussões contemporâneas sobre cartografia cultural têm deslocado progressivamente o entendimento do mapeamento para além de sua função instrumental de inventário territorial. Greg Baeker (2010), ao discutir o conceito de *cultural mapping*, argumenta que o mapeamento cultural constitui um processo de leitura integrada dos recursos culturais comunitários, permitindo compreender relações entre território, memória, participação e desenvolvimento local. Entretanto, a própria experiência metodológica realizada na AMP sugere que o problema talvez seja ainda mais profundo. Porque determinadas formas culturais não apenas aparecem no mapa; elas reorganizam as condições de possibilidade do próprio mapeamento.⁸

Isso ocorre porque os ranchos folclóricos produzem um excesso em relação ao dado estatístico. Eles não podem ser plenamente compreendidos como unidades administrativas autônomas ou categorias estabilizadas de patrimônio cultural. Cada rancho remete simultaneamente a calendários festivos, formas comunitárias de sociabilidade, práticas de transmissão oral, vínculos familiares, territorialidades afetivas e redes históricas de circulação cultural que excedem continuamente a racionalidade técnica do inventário. Nesse sentido, a cartografia cultural deixa de ser apenas uma tecnologia de classificação territorial e passa a operar como dispositivo de mediação entre experiência comunitária e reconhecimento institucional.

Essa percepção aproxima-se diretamente das formulações de Pier Luigi Sacco (2011) acerca dos ecossistemas culturais. Para o autor, a cultura contemporânea não pode mais ser compreendida como setor isolado da vida social, mas como tecido relacional composto por práticas, instituições, sujeitos, espaços urbanos e formas de participação coletiva.⁹ Nenhuma prática cultural possui existência autônoma.

⁸ A cartografia cultural crítica distancia-se das concepções tradicionais de mapa como representação neutra do território. Autores ligados aos estudos críticos da cartografia, como J. B. Harley (1989), demonstram que todo mapa constitui também uma forma de poder e seleção daquilo que pode ou não se tornar visível institucionalmente. Nesse sentido, mapear cultura implica sempre produzir determinadas formas de inteligibilidade territorial.

⁹ O conceito de ecossistema cultural formulado por Pier Luigi Sacco desloca a compreensão da cultura enquanto setor isolado da vida social para uma perspectiva relacional e distribuída. A cultura passa a ser entendida como tecido de interdependências capaz de atravessar economia, sociabilidade, território e participação coletiva. O valor cultural deixa de residir apenas nos produtos artísticos e passa a emergir das relações que as práticas culturais são capazes de ativar.



Seu valor emerge das relações que é capaz de ativar, sustentar e reorganizar. Sob essa perspectiva, um rancho folclórico não corresponde simplesmente a uma entidade associativa identificável em uma base estatística. Sua existência depende de festas, relações comunitárias, repertórios transmitidos oralmente, vínculos intergeracionais, espaços públicos e mecanismos locais de reconhecimento que tornam possível sua continuidade histórica.

Quando essa discussão é colocada em diálogo com as contribuições de Franco Bianchini (1993), a dimensão urbana dessas práticas torna-se ainda mais evidente. Ao compreender a cultura como elemento estratégico das dinâmicas urbanas contemporâneas, Bianchini desloca as políticas culturais de uma posição periférica para o centro dos processos de regeneração territorial e governança metropolitana.¹⁰ Sob essa perspectiva, os ranchos deixam de aparecer como remanescentes folclóricos de um passado rural residual e passam a constituir formas persistentes de produção urbana do comum. Porque cada cortejo, cada romaria, cada ensaio comunitário reinscreve continuamente a experiência urbana na dimensão compartilhada da presença coletiva.

Essa leitura torna-se particularmente relevante quando articulada às reflexões de Charles Landry (2013) sobre criatividade urbana. Para Landry, a inteligência criativa das cidades não reside apenas nos grandes equipamentos culturais ou nas estratégias competitivas de desenvolvimento urbano, mas na capacidade dos próprios territórios produzirem formas coletivas de imaginação e reinvenção simbólica.¹¹ Sob essa perspectiva, os ranchos folclóricos revelam precisamente a existência de uma criatividade comunitária profundamente enraizada nas experiências ordinárias do território metropolitano. Não se trata de criatividade espetacularizada para consumo externo, mas de formas silenciosas e contínuas de reinvenção da vida coletiva.

Ao mesmo tempo, as contribuições de Beatriz García (2004) permitem compreender que os processos de reconhecimento institucional dessas práticas culturais alteram profundamente as narrativas urbanas sobre pertencimento e desenvolvimento territorial. Quando determinadas estruturas culturais passam a ser visíveis para os sistemas institucionais de gestão, deixam de ocupar posições marginais e passam a integrar os próprios imaginários metropolitanos sobre memória, cidadania e vida pública. O mapeamento

¹⁰ As reflexões de Franco Bianchini sobre regeneração urbana criticam modelos de desenvolvimento urbano excessivamente centrados em infraestrutura física e competitividade econômica. Para o autor, práticas culturais comunitárias podem operar como mecanismos de reconstrução simbólica do território, fortalecendo formas de participação social e pertencimento coletivo em contextos metropolitanos marcados pela fragmentação urbana.

¹¹ Charles Landry distancia-se das leituras superficiais da "cidade criativa" reduzidas ao marketing territorial ou à economia criativa espetacularizada. Sua formulação enfatiza a criatividade urbana como capacidade coletiva de imaginação territorial, produção de vínculos sociais e reinvenção simbólica da vida urbana através das experiências cotidianas das próprias comunidades.



cultural, nesse sentido, torna-se não apenas instrumento técnico de levantamento territorial, mas prática política de produção de visibilidade e inteligibilidade social.

4.2 O TERRITÓRIO QUE RESPONDE AO MAPA: CARTOGRAFIA CULTURAL, ESCUTA E MEDIAÇÃO

Pela base territorial integrada dos 17 municípios da Área Metropolitana do Porto, articulada pela metodologia do levantamento quantitativo, harmonização de informações culturais, categorização tipológica de ativos e sistematização digital de dados provenientes de plataformas municipais de mapeamento cultural, à medida que o trabalho avançava, tornou-se evidente que a investigação deixava progressivamente de operar como simples procedimento técnico de coleta de informações e passava a configurar um campo relacional no qual as comunidades reorganizavam continuamente os sentidos atribuídos aos próprios dados culturais produzidos.

Esse deslocamento ocorreu sobretudo através dos processos de escuta territorial e cartografia cultural participativa realizados junto às comunidades locais, associações culturais, agentes independentes e representantes institucionais dos municípios da AMP. As sessões participativas permitiram compreender que os indicadores estatísticos não poderiam ser interpretados como dados neutros ou autorreferentes. Cada entidade registrada remetia a experiências comunitárias densas, atravessadas por memórias locais, vínculos afetivos, continuidades familiares e formas específicas de ocupação simbólica do espaço público.¹²

A realização das sessões participativas permitiu ainda compreender que o próprio conceito de patrimônio imaterial adquire novas camadas de complexidade quando observado a partir das dinâmicas metropolitanas contemporâneas. Porque, diferentemente das leituras tradicionais que frequentemente associam patrimônio à conservação estática de repertórios herdados, os processos de escuta territorial evidenciaram que os ranchos permanecem profundamente implicados nas transformações urbanas, nas mutações demográficas e nas novas formas de circulação cultural da região metropolitana portuguesa. Em muitos casos, essas estruturas associativas operam como espaços de mediação entre temporalidades distintas, articulando memória coletiva e contemporaneidade através de práticas culturais continuamente reinventadas pelas próprias comunidades.

¹² A escuta territorial participativa altera profundamente o estatuto epistemológico do dado cultural. O indicador deixa de operar como informação abstrata e passa a ser compreendido como condensação parcial de experiências históricas, afetivas e comunitárias muito mais complexas do que aquelas imediatamente capturáveis pelos sistemas institucionais de classificação administrativa.



Nesse sentido, a escuta territorial alterou profundamente o estatuto epistemológico da pesquisa. Os dados deixaram de funcionar apenas como registros quantitativos e passaram a operar como expressões de dinâmicas territoriais vivas. Os ranchos folclóricos apareciam continuamente vinculados a experiências comunitárias de pertencimento, transmissão cultural e continuidade histórica que ultrapassavam os próprios limites formais das entidades associativas. Em diversos territórios, essas estruturas funcionavam como mecanismos permanentes de articulação comunitária, sobretudo em contextos marcados pela fragmentação contemporânea das formas de convivência coletiva.

François Matarasso (2019), ao discutir os impactos sociais da participação cultural, argumenta que processos culturais comunitários fortalecem coesão social, autoestima coletiva e capacidades locais de organização territorial. Tal formulação aproxima-se diretamente do que foi observado na região. Porque aquilo que emergia dos processos participativos não era apenas a confirmação estatística da presença dos ranchos no território metropolitano, mas a revelação de sua centralidade enquanto formas persistentes de inteligência comunitária e permanência simbólica do comum.

Ao mesmo tempo, as contribuições de Amartya Sen (2010) tornam-se fundamentais para compreender a dimensão política dessa participação. Ao deslocar a noção de desenvolvimento para além dos indicadores econômicos tradicionais, Sen enfatiza a ampliação concreta das capacidades coletivas de atuação social. Sob essa perspectiva, políticas culturais participativas não atuam apenas na preservação simbólica das tradições, mas na ampliação das possibilidades comunitárias de organização, permanência territorial e produção de sentido coletivo. A cultura deixa, então, de ocupar uma posição ornamental nas políticas urbanas e passa a constituir dimensão central da própria experiência democrática contemporânea.

5 A PERMANÊNCIA DO COMUM: RANCHOS FOLCLÓRICOS E INTELIGÊNCIA TERRITORIAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

A identificação dos ranchos folclóricos no interior do mapeamento cultural metropolitano não representa apenas a constatação quantitativa de uma presença associativa significativa na região. O que emerge desse processo é uma tensão epistemológica mais profunda: ao mesmo tempo em que o sistema de mapeamento procura converter práticas culturais em categorias legíveis para a gestão institucional, os próprios ranchos desestabilizam essa racionalidade classificatória ao evidenciarem formas de existência cultural cuja densidade social ultrapassa os limites do dado estatístico.

Cada entidade registrada remete não apenas a um ativo cultural identificável, mas às redes de transmissão intergeracionais, temporalidades festivas, territorialidades afetivas e formas comunitárias



de ocupação do espaço público que resistem continuamente à redução administrativa da cultura a um conjunto de indicadores técnicos. O contingente encontrado no território metropolitano português evidencia precisamente essa dimensão. Os ranchos não aparecem como fenômenos isolados ou residuais. Sua distribuição transversal pelos 17 municípios revela a existência de uma rede comunitária de continuidade histórica que atravessa fronteiras administrativa. Embora, esse estudo não aprofunde, por limite dimensional, de que forma essas interrelações se estabeleçam.

A consolidação metropolitana dos dados permite quantificar essa concentração territorial (Quadro 2). Das 193 entidades identificadas como ranchos, grupos e coletivos folclóricos, cinco municípios concentram quase metade do total: Santa Maria da Feira, Vila do Conde, Matosinhos, Santo Tirso e Gondomar. Contudo, mais importante do que a distribuição quantitativa é a capacidade organizativa que essas entidades continuam exercendo sobre a vida comunitária contemporânea.

Quadro 2 – Distribuição dos ranchos, grupos e coletivos folclóricos por município (AMP)

Município	Nº de entidades	% do total regional
Santa Maria da Feira	27	14,0%
Vila do Conde	17	8,8%
Matosinhos	16	8,3%
Santo Tirso	14	7,3%
Gondomar	13	6,7%
Maia	12	6,2%
Póvoa de Varzim	11	5,7%
Valongo	10	5,2%
Oliveira de Azeméis	10	5,2%
Porto	10	5,2%
Espinho	9	4,7%
Arouca	8	4,1%
Trofa	7	3,6%
Vale de Cambra	7	3,6%
Vila Nova de Gaia	17	8,8%
Paredes	4	2,1%
São João da Madeira	1	0,5%

Fonte: Mapeamento do Setor Cultural Metropolitano da Área Metropolitana do Porto / PolObs – Observatório de Políticas de Comunicação e Cultura, CECS-Universidade do Minho (2026).



O que a pesquisa revela, portanto, não é apenas a existência de grupos folclóricos ativos na região metropolitana portuguesa, mas a permanência de formas culturais capazes de reorganizar continuamente relações entre território, memória e vida pública.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que a experiência do Mapeamento do Setor Cultural da Área Metropolitana do Porto pode revelar, de maneira mais profunda, é que determinadas formas culturais comunitárias permanecem produzindo atividades contínuas, mesmo quando frequentemente invisibilizadas pelas narrativas hegemônicas da modernização urbana. Nessa situação, os ranchos folclóricos não constituem resíduos arqueológicos de uma tradição rural em desaparecimento, mas formas contemporâneas de produção territorial do comum.

Sua permanência evidencia que o patrimônio cultural imaterial não corresponde apenas à preservação simbólica do passado, mas à continuidade ativa de modos coletivos de organizar convivência, memória e vida pública.

Nesse sentido, o mapeamento cultural deixa de operar apenas como instrumento técnico de levantamento territorial e passa a constituir uma prática política de reconhecimento. Porque tornar visíveis essas estruturas comunitárias implicam deslocar os próprios regimes contemporâneos de inteligibilidade sobre cultura, cidade e desenvolvimento metropolitano. Além disso, esse mapeamento deixa de representar exclusivamente ativos culturais dispersos e passa a revelar densidades históricas e formas coletivas de vida que continuam sustentando experiências públicas de pertencimento no interior da própria modernidade urbana.

Talvez seja precisamente esse o maior desafio das políticas culturais contemporâneas: reconhecer que determinadas formas de inteligência territorial continuam emergindo não apenas dos grandes equipamentos institucionais ou das estratégias competitivas da economia criativa, mas das experiências ordinárias de transmissão cultural, participação comunitária e permanência coletiva que continuam organizando silenciosamente a vida dos territórios metropolitanos.

A investigação reforça que o patrimônio cultural imaterial não pode mais ser compreendido apenas como domínio especializado das políticas patrimoniais clássicas. O patrimônio emerge como dimensão constitutiva das próprias dinâmicas urbanas, atravessando relações sociais, experiências territoriais, mecanismos de participação comunitária e formas coletivas de imaginação sobre o futuro das cidades. Nesse contexto, os ranchos folclóricos deixam de ocupar uma posição periférica ou residual no interior das



políticas culturais metropolitanas e passam a constituir formas estratégicas de inteligência comunitária e continuidade territorial.

Concluir esse percurso investigativo significa reconhecer que mapear cultura não corresponde apenas à produção de diagnósticos técnicos sobre ativos culturais distribuídos no território. Mapear cultura implica disputar regimes de visibilidade, produzir reconhecimento institucional e tornar inteligíveis formas coletivas de vida frequentemente excluídas das narrativas oficiais da modernização urbana.

Assim, os ranchos folclóricos desafiam frontalmente a percepção anacrônica da tradição na contemporaneidade. Não são resíduos congelados de um passado preservado artificialmente pelas políticas patrimoniais. São formas vivas de reorganização contínua da memória coletiva, da experiência comunitária e da produção territorial do comum. Permanecem porque continuam produzindo sentido social. Permanecem porque seguem articulando corpos, festas, repertórios culturais, vínculos afetivos e ocupações simbólicas do espaço urbano em uma temporalidade que resiste à lógica acelerada da obsolescência contemporânea. Talvez seja precisamente nessa capacidade de continuidade, reinvenção e permanência que resida sua maior potência política e cultural no contexto metropolitano português.

REFERÊNCIAS:

Baeker, G. (2010). Cultural mapping toolkit. Creative City Network of Canada.

Bianchini, F. (1993). Culture, conflict and cities: Issues and prospects for the 1990s. In F. Bianchini & M. Parkinson (Eds.), *Cultural policy and urban regeneration: The West European experience* (pp. 193–213). Manchester University Press.

García, B. (2004). Cultural policy and urban regeneration in Western European cities: Lessons from experience, prospects for the future. *Local Economy*, 19(4), 312–326. <https://doi.org/10.1080/0269094042000286823>

Harley, J. B. (1989). Deconstructing the map. *Cartographica: The International Journal for Geographic Information and Geovisualization*, 26(2), 1–20. <https://doi.org/10.3138/E635-7827-1757-9T53>

Landry, C. (2013). *Origens e futuros da cidade criativa*. SESI-SP Editora.

Lefebvre, H. (2006). *A produção do espaço* (D. B. Pereira & S. Martins, Trans.). Editora UFMG. (Obra original publicada em 1974)



Martins, L. M. (2002). Performances do tempo espiralar. In G. Ravetti & M. Arbex (Orgs.), *Performance, exílio, fronteiras*. FALE/UFMG.

Matarasso, F. (2019). *A restless art: How participation won, and why it matters*. Calouste Gulbenkian Foundation.

Rancière, J. (2009). *A partilha do sensível: Estética e política*. Editora 34.

Sacco, P. L. (2011). *Culture 3.0: A new perspective for the EU 2014–2020 structural funds programming*. European Expert Network on Culture.

Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras.

UNESCO. (2003). *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. UNESCO.

Williams, R. (1958). *Culture is ordinary*. Penguin.